

(X) Graduação () Pós-Graduação

O ENADE COMO FERRAMENTA DE GESTÃO DE UM CURSO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

**Edmilson José dos Santos Júnior,
Universidade Federal do Cariri,
edmilson.junior@aluno.ufca.edu.br**

**Jaqueline Dourado do Nascimento,
Universidade Federal do Cariri,
jaqueline.dourado@ufca.edu.br**

RESUMO

Este artigo apresenta os resultados de uma pesquisa que buscou compreender a instrumentalização do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade) como ferramenta para melhoria do curso de graduação em Administração Pública de uma Instituição Federal de Ensino Superior (IFES), no período de 2018 a 2020. Metodologicamente, trata-se de um estudo de caso qualitativo, utilizando de entrevistas semiestruturadas com os coordenadores dos referidos cursos de graduação. Além disso, utilizou-se da técnica de análise documental para verificar de que forma a avaliação externa encontra-se inserida nos Projetos Pedagógicos do Curso. As questões buscavam conhecer as opiniões dos entrevistados enquanto coordenadores de cursos e docentes, com foco em entender como o Enade interfere no cotidiano de sua prática profissional e dos estudantes e as suas contribuições para o curso. Os principais resultados mostram que: a) o coordenador reconhece a sua importância para gestão e melhorias do curso, embora aponte algumas fragilidades, como o enfoque quantitativo do Enade e do Conceito Preliminar de Curso, o que dificulta muitas vezes a interpretação dos resultados e posterior uso. b) a atualização do PPC exclui totalmente os elementos do Enade, Avaliação de Cursos de Graduação e Avaliação Institucional. Concluímos que o Enade é considerado pelo coordenador do curso como norteador para as tomadas de decisões, no entanto, o seu conceito pouco qualitativo e a ausência de cultura organizacional avaliativa, dificultam esse processo.

Palavras-chave: Avaliação; Exame Nacional de Desempenho de Estudantes; Projetos Pedagógicos de Curso.

1 INTRODUÇÃO

Este artigo apresenta um estudo com foco no Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade), um instrumento de verificação do rendimento, das competências e das habilidades dos estudantes de graduação, que junto à Avaliação de Cursos de Graduação e à Avaliação Institucional integram o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), uma política educacional que busca promover uma avaliação aprofundada do Ensino Superior (ES), com vistas a contribuir para qualidade, expansão e financiamento dessa modalidade de ensino (BRASIL, 2004; INEP, 2016).

Os principais estudos sobre a avaliação da educação superior mostram que existem duas tendências ao modo avaliar o ES: a regulatória, utilizada aos fins políticos de regulamentação, para o controle e monitoramento da expansão, qualidade e financiamento da educação e a formativa, assumindo um viés de reflexão para melhorias, de maneira participativa, plural e democrática. Essa disparidade de funções sob a avaliação, faz-se significativamente presente quando o assunto em voga é o Enade, para Ristoff (2019), há uma incongruência técnica por parte dos órgãos de regulação, avaliar somente com base em índices produzidos a partir de uma prova de conteúdos e questionários socioeconômicos, como é o caso do Enade e o conjunto de índices que o compõe, uma vez que a proposta do Sinaes é realizar uma avaliação completa, contemplando o referencial regulatório e o formativo, respeitando a diversidade e a identidade institucional.

É oportuno ressaltar que há outros aspectos que limitam a avaliação externa na educação superior, a exemplo da pobre cultura avaliativa presente no cotidiano das Instituições de Educação Superior (IES) no Brasil. Corroborando com essa afirmativa, Haas (2015) expressa algumas críticas e desafios acerca do Sinaes, após uma década de implementação, destacando que é necessária uma revisão dos instrumentos avaliativos para o alcance da qualidade e expansão do ES. Ora porque a avaliação externa - o Enade e a Avaliação de Cursos de Graduação - está cada vez mais esvaziada de sentidos, com a valorização de índices e *rankings*. Ora pela avaliação institucional, que está se tornando uma avaliação automatizada, com pouco uso dos seus resultados.

Tais fragilidades, acerca da avaliação externa, são encontradas principalmente no âmbito institucional, afetando sobretudo, a gestão dos cursos de graduação, porque interferem no planejamento, execução e acompanhamento das ações políticas, técnicas e pedagógicas da

IES. Nessa perspectiva, empreendeu-se uma pesquisa que buscou compreender a instrumentalização do Enade como ferramenta para melhoria do curso de graduação em Administração Pública de uma Instituição Federal de Ensino Superior (IFES), no período de 2018 a 2020.

Para organização desse artigo, estruturamos em 04 itens: 1) Revisão da Literatura, 2) Procedimentos Metodológicos, 3) Discussão e Análise dos Dados e 4) Conclusões. Essa composição se debruça em discutir o Enade enquanto instrumento de gestão e indutor da qualidade educacional, evidenciando um estudo de meta-avaliação no contexto de um curso de graduação.

2 REVISÃO DA LITERATURA

A trajetória da avaliação no campo de políticas públicas no Brasil mantém uma relação íntima com as transformações sociais e econômicas ocorridas nas últimas três décadas na administração pública. Ademais, esses processos são mais intensos no que diz respeito à avaliação de políticas educacionais, isto porque foram realizadas importantes alterações no âmbito da educação brasileira, desde a universalização do direito à educação, até questões mais complexas, como a necessidade da realização de avaliações e monitoramentos mais elaborados com foco na qualidade da educação ofertada em todos os níveis: educação básica, superior e pós-graduação, e envolvendo múltiplos atores da sociedade nas tomadas de decisões (FARIA, 2005; DIAS SOBRINHO, 2010; AFONSO, 2013).

Nessa perspectiva, podemos afirmar que é possível encontrar nos principais documentos legais do Brasil, aspectos relacionados à qualidade, acesso e democratização à educação, como garantia de direitos à população. Um desses documentos é o Plano Nacional de Educação 2014-2024 (PNE) (BRASIL, 2014), que dentre outros elementos, evidencia a necessidade de “superação das desigualdades existentes” na educação, fomentando o exercício da cidadania e a inserção no mercado de trabalho, o que também está presente na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) 9.394/1996 (BRASIL, 1996).

Para o planejamento educacional, o PNE estabelece um conjunto de metas que contribuem para a melhoria das condições da educação ofertada. A Meta 12, por exemplo, refere-se ao aumento da taxa de matrícula no ES de jovens, na faixa etária de 18 a 24 anos, o que amplia o cuidado referente à manutenção da qualidade. As ações em torno dessa meta demandam a reestruturação das ações e “procedimentos” de avaliação, regulação e supervisão

da ES (Estratégia 12.19). No que diz respeito a qualidade do Ensino Superior (Meta 13), salientamos as Estratégias 13.01 trata sobre o aperfeiçoamento do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior, a expansão da cobertura do Enade (Estratégia 13.2) e a Estratégia 13.6 que se refere a alteração do Enade, que passou a considerar o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) para os estudantes ingressantes buscando averiguar “o valor agregado dos cursos de graduação” (BRASIL, 2014, p. 33;35).

Essa qualidade buscada na educação tem sido almejada pelos órgãos de controle, instituições de educação e sociedade civil. No entanto, a complexidade que atravessa a qualidade na educação tem sofrido influência da globalização neoliberal, marcada pela “mercadorização da educação”, o que acaba limitando as funções da educação, estimulando a oferta de uma educação desigual, alicerçada em práticas de poder e lucro, utilizando da avaliação como uma ferramenta métrica restrita a verificar o alcance de metas, os custos e a posição das instituições nos *rankings* educacionais (LEITE; GENRO, 2012; DIAS SOBRINHO, 2010).

O Brasil, a partir da década de 1980, passou por algumas experiências de avaliação de políticas públicas no contexto educacional em todas as modalidades de ensino: educação básica, educação superior e na pós-graduação. Autores como Polidori, Marinho-Araújo e Barreyro (2006) e Barreyro e Rothen (2008) tratam em suas pesquisas sobre as trajetórias, desafios e perspectivas da avaliação da educação superior brasileira. Com base nos principais elementos trazidos pelos referidos autores, destacamos os principais contextos históricos e políticos inerentes a esse processo:

- Tratando-se, especificamente do ES, instituiu-se em 1983, o Programa de Avaliação da Reforma Universitária (PARU), com a proposta de avaliar de maneira formativa as IES, assumindo duas vertentes: a de realizar a verificação de conhecimento, a partir da participação acadêmica e a de utilizar dos dados para gestão acadêmica, política e pedagógica das IES.
- Após o desligamento deste programa, criou-se pelo Ministério da Educação algumas comissões, de caráter consultivo e regulatório, da qualidade da educação superior, voltado para avaliar o desempenho estudantil, com a Comissão Nacional para Reformulação da Educação Superior (CNRES), em 1985, e o Grupo Executivo da Reforma da Educação Superior (GERES), em 1986.
- Em seguida, com a idealização de uma nova proposta de avaliar o ES, implantou-se o Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras (PAIUB), no ano

de 1993, empreendendo uma avaliação interna das IES, na tentativa de recuperar a concepção de avaliação formativa, para o alcance da qualidade educacional.

- O PAIUB tão logo foi encerrado, abrindo as portas para o Exame Nacional de Cursos (ENC), implementado em 1996, conhecido como “provão”, uma avaliação em larga escala, com enfoque no acompanhamento do rendimento acadêmico dos estudantes, corroborando para composição de *rankings* e para o uso da avaliação para regulação.
- O ENC deu lugar, em 2004, para o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior, criado pela Lei n.º 10.861/2004, sob responsabilidade do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), vinculado ao Ministério da Educação (MEC), objetivando regular a educação superior e propor uma avaliação formativa também, através de um tripé avaliativo: a avaliação de cursos de graduação, a avaliação institucional interna e externa e o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes.

No âmbito do Sinaes, em relação a avaliação de cursos de graduação, um dos tipos de avaliação externa, atua, principalmente, para a autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento dos cursos do ES. Estes protocolos são adotados com base em diversas etapas, com foco na avaliação *in loco*, através da admissão de três dimensões: organização didático-pedagógica, corpo docente e tutorial e infraestrutura, que compõe o Conceito de Curso (CC), que varia de 1 a 5, em que notas iguais ou superiores a 3 são consideradas satisfatórias (INEP, 2017).

A avaliação institucional é realizada externamente e internamente. A avaliação institucional externa fornece o credenciamento das faculdades privadas no Sistema Federal de Ensino, vinculado ao Ministério da Educação, bem como a transformação de faculdade para centro universitário ou universidade e serve ainda, para o credenciamento de todos os tipos de organizações de Instituições de Ensino Superior para a continuidade do funcionamento. Assim como a avaliação de cursos de graduação, é realizado, dentre outras fases, com a visita *in loco*, por meio de um relatório de avaliadores, construindo o Conceito Institucional (CI), com a validação de um conceito que varia entre 1 e 5, sendo o nível 3, o mínimo de satisfação de qualidade (INEP, 2017).

A autoavaliação institucional, como é denominada a avaliação institucional interna, trata-se da principal modalidade do Sinaes para avaliar internamente as IES. A sua operacionalização é de responsabilidade da Comissão Própria de Avaliação (CPA), composta por estudantes, professores, técnicos-administrativos da IES e membro da sociedade civil,

propondo-se a efetivar uma avaliação voltada para o autoconhecimento da realidade institucional, nos eixos pedagógicos, administrativos e políticos, compondo um relatório institucional que descreve as potencialidades e fragilidades da IES (INEP, 2004).

Temos ainda o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes, um instrumento de avaliação em larga escala (externa), voltado a inferir o rendimento dos estudantes em dois momentos, no início e no final da graduação. A verificação de desempenho acadêmico para os ingressantes é realizada através do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) e para os concluintes por intermédio de uma prova escrita, contendo conteúdos gerais e específicos de cada área, tendo como base as Diretrizes Curriculares de Cursos (DNC) e um questionário socioeconômico, além do questionário direcionado ao coordenador de curso. É mister salientar que a aplicação do referido exame ocorre trienalmente para cada área do conhecimento, tem caráter contínuo e obrigatório para obtenção do título de graduado (INEP, 2016).

Segundo a Portaria Normativa nº 40 de 12/12/2007 (BRASIL, 2004) do Inep, os resultados do Enade junto ao Conceito Preliminar de Curso (CPC), o Indicador de Diferença entre os Desempenhos Observado e Esperado (IDD) e o Índice Geral de Cursos Avaliados da Instituição (IGC) são referenciais bases para elaboração dos indicadores da qualidade do ES. O Conceito Enade é calculado com base no quantitativo de estudantes concluintes que realizaram o exame, os Componentes Gerais (CG) e Componentes Específicos (CE), enquanto o CPC, utiliza de base os resultados do Conceito Enade, dos questionários dos estudantes e informações do corpo docente para compor uma avaliação direcionada a avaliação dos cursos de graduação. Já o IGC, voltado para a avaliação das IES, considera os resultados do CPC e outros indicadores da pós-graduação.

Ristoff (2019), em duras críticas, salienta que o Sinaes pode estar em colapso, devido a uma série de fatores percebidos, ao longo de mais de uma década de criação desta política pública. Aqui, destacamos os aspectos traçados pelo autor em relação à avaliação em larga escala, da qual o Enade faz parte: é necessário rever as ferramentas quantitativas e usá-las como referencial e não como única fonte de dados para avaliar a qualidade; a formação de estudantes, professores e técnicos administrativos é fundamental para valorização da cultura organizacional em torno da avaliação; índices como o IGC não podem substituir a avaliação *in loco*; dentre outras.

Nesse ínterim, Canam e Eloy (2016), ao investigarem se o Enade interfere na gestão dos cursos de uma IES, concluíram que os coordenadores de cursos estão atentos a sobreposição do caráter quantitativo que o exame vem exercendo, com a produção de um diagnóstico que pouco permite refletir qualitativamente a realidade analisada, bem como observaram a tentativa de instrumentalizar novas ferramentas para obter resultados mais concretos, que permitem uma discussão mais ampliada da formação dos estudantes.

Por fim, torna-se essencial enfatizar que o Enade, na sua concepção, foi criado para verificar a formação dos estudantes de acordo com o ensino ofertado, criando assim um instrumento para auto-reflexão das IES e o acompanhamento por parte do Inep/MEC. No entanto, como dito por Dias Sobrinho (2010) e Ristoff (2019), o Sinaes sofreu adequações de acordo com os novos contextos políticos, técnicos e educacionais, e foi mostrando, com o passar dos anos muitas falhas, principalmente com o protagonismo da regulação do sistema, a partir da criação de novos índices e deixando às margens a avaliação formativa, que busca identificar qualitativamente, os pontos positivos, negativos e aqueles que precisam ser mantidos para garantir a qualidade do ES, onde o curso, a instituição e os atores educacionais são tidos como parte da avaliação e não somente números. É válido lembrar que a valorização dos *rankings* não é um processo à toa, mas está ligado ao interesse de investimentos e a mercadorização da educação superior.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa trata-se de um estudo de caso qualitativo, realizado no período de 2018 a 2020, tendo como objeto de investigação o Enade no contexto do curso de graduação em Administração Pública de uma Instituição Federal de Ensino Superior, com a realização de entrevista com o coordenador do referido curso e a análise de documentos vinculados ao curso e IES em voga. Para a fase de entrevista foi elaborado um roteiro semiestruturado contendo perguntas que versavam sobre o perfil do coordenador e aspectos da gestão: contribuições do Enade para o curso, a participação dos estudantes e dos professores no Enade e o envolvimento enquanto coordenador do curso nas ações relacionadas ao Enade.

Anteriormente à realização da entrevista, elaboramos um pré-teste para verificar possíveis falhas nos questionamentos, onde observamos a necessidade de realinhar algumas perguntas direcionadas aos aspectos técnicos do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior, a partir da identificação de uma confusão entre os tipos de avaliação feitas por esta

política pública. É válido reafirmar que o principal intuito da entrevista que trazemos para a discussão desse trabalho, buscou identificar a instrumentalização do Enade no cotidiano do curso frente às opiniões e perspectivas trazidas pelo ator educacional entrevistado. Na ocasião da entrevista, orientamos o coordenador do curso a respondê-la, trazendo suas experiências não somente enquanto gestor educacional, mas também como professor universitário.

Além desse instrumento de coleta de dados, a análise documental nos trouxe elementos centrais para compreensão da inserção da avaliação externa no âmbito da gestão do curso de Administração Pública investigado. Consideramos para esta pesquisa os seguintes documentos oficiais, de caráter técnico, político e pedagógico para o acompanhamento das ações desempenhadas pela IES e especificamente do curso: o primeiro Projeto Pedagógico do Curso (PPC), publicado em 2010 e a versão atual, instituída em 2017.

Para a fase de análise dos dados, seguimos duas etapas inerentes ao tratamento das informações obtidas. A primeira, relacionada a entrevista, realizamos uma transcrição manual e posterior leitura para definição das categorias analíticas, de acordo com os conteúdos trazidos na fala. A segunda, que diz respeito aos documentos verificados, construímos um quadro operacional, preenchendo-o com os trechos encontrados sobre os elementos vinculados à avaliação externa, objetivando conhecer como o Enade está presente nos PPC do curso.

O projeto de pesquisa, a qual este estudo se origina, foi financiado pela Instituição de Ensino Superior em que realizamos a presente investigação, também submetido e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da mesma, com o parecer de número 3.494.864. A entrevista foi autorizada por meio da assinatura do Termo de Compromisso Livre e Esclarecido (TCLE) com a garantia do anonimato e confidencialidade. Além disso, os documentos oficiais são de livre acesso, disponibilizados no portal institucional, no menu documentos.

4 DISCUSSÃO E ANÁLISE DOS DADOS

A presente seção dedica-se a descrever os principais resultados alcançados com a realização da entrevista com o coordenador do curso de Administração Pública da Instituição Federal de Ensino Superior estudada. Além disso, aponta quais elementos foram encontrados nos principais documentos oficiais e institucionais no tocante a avaliação externa, onde se

enquadra o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes, o foco da investigação, e a Avaliação de Cursos de Graduação.

Em relação ao perfil do coordenador entrevistado, temos as seguintes informações: é do sexo masculino, possui doutorado em Administração e ingressou na IES no ano de 2014, além disso, cabe ressaltar que o mesmo exerceu função de vice-coordenador do curso, no período de 2017 a 2018 e estava, no período de coleta de dados, como o coordenador referente a gestão de 2020. Outros dados a respeito do seu perfil são interessantes serem resgatados, por exemplo, a sua atuação como presidente da Comissão Própria de Avaliação da mesma IES e a sua participação no Enade em dois ciclos, uma quando era vice-coordenador e outra enquanto docente. Esse fato nos revela que o entrevistado detém algumas experiências e certo conhecimento sobre os instrumentos de avaliação utilizados pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior.

Nos relatos do coordenador, verificamos a demonstração e o reconhecimento do mesmo pelo Enade como um instrumento importante das práticas de gestão, quer seja direcionado para ações políticas e técnicas, quer seja voltado para acompanhamento das atividades pedagógicas inseridas no cotidiano dos estudantes. Em sua opinião, o Enade desenvolve uma função central para retroalimentar as instâncias administrativas internas da instituição, sobretudo a coordenação de curso, para o autoconhecimento da formação ofertada aos estudantes, e portanto, constrói um bojo de informações que possibilitam às discussões de tomadas de decisões, tornando-as mais seguras e efetivas.

Por outro lado, aborda que existem algumas restrições e limitações quanto ao Sinaes, e mais especificamente, às avaliações em larga escala. Em primeiro lugar, explana a perspectiva de regulação inserida no contexto dos resultados destas avaliações, acusando que existe uma dificuldade em incorporar o Enade nas práticas da coordenação, pelo mesmo representar um instrumento com enfoque no quantitativo e na mensuração de dados, o que parece fazê-lo servir somente para o ranqueamento e a produção de controle por parte do Ministério da Educação, trazendo outros reflexos negativos, como a dificuldade de interpretar as informações obtidas e posterior utilização das mesmas.

Essa preocupação com o exagerado uso de indicadores e dados quantitativos para avaliar, é uma realidade apresentada por Canan e Eloy (2016), onde os coordenadores de curso demonstram a mesma inclinação. Nesse íterim, chamamos a atenção para o que Dias Sobrinho (2010) e Leite e Genro (2012) nos dizem sobre a avaliação da educação superior.

Para os referidos autores, uma das principais funções exercidas pela avaliação é a possibilidade de transformação da realidade educacional, com fortes influências dos instrumentos avaliativos em larga escala, como foi o Exame Nacional de Cursos, o chamado “provão”, e o atual Enade, onde mostra-se preocupado com suas características de “[...] medir a eficiência e a eficácia na educação segundo os critérios e as necessidades dos Estados neoliberais, em suas reformas de modernização, e do mercado, em seu apetite por lucros e diplomas.” (DIAS SOBRINHO, 2010, p. 202).

Conforme dito pelo coordenador, o recebimento de informações sobre o Enade ocorre de maneira pontual, somente no momento prévio ao acontecimento da prova, além disso, afirma que a Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD) contribui de maneira burocratizada, orientando a respeito dos procedimentos técnicos de alimentação do sistema do Ministério da Educação. Ademais, alguns outros apontamentos nesse sentido merecem destaque: na mesma fala, empreende-se algumas situações em que o coordenador relatou ter dificuldades em compreender informações técnicas e microdados do Enade e, por isso, tece algumas críticas a atuação da PROGRAD e da Procuradoria Institucional de Educação, acerca da necessidade de uma aproximação contínua entre esses órgãos institucionais. Nesse contexto, Ristoff (2019) sinaliza a necessidade de ampliação dos instrumentos qualitativos de avaliação, com mútuas interações entre órgãos de regulação e as instituições, corroborando para melhor interpretação dos resultados alcançados nas avaliações.

Levando em consideração o eixo formativo da avaliação, sabemos a necessidade de uma participação diversa, no caso educacional, deve contar com a contribuição efetiva dos estudantes, professores, gestores educacionais e sociedade civil (BRASIL, 2004; DIAS SOBRINHO, 2010; RISTOFF, 2019). Por isso, indagamos sobre a participação dos estudantes e professores nos instrumentos de avaliação e de que forma a coordenação atua nesse processo, onde o mesmo salientou que os professores somente discutem sobre o Enade eventualmente e diz que despertar o interesse dos estudantes nas avaliações é um dos grandes desafios da coordenação do curso, especialmente porque acredita que:

“[...] a participação dos estudantes é fundamental, porque se eles não participam, a gente não tem condições de ter essa avaliação mais pormenorizada, se eles não participam, a gente não tem condições de utilizar esse resultado para de alguma maneira se autoavaliar e de alguma maneira também pensar ações de aprimoramento, ações de melhorias no âmbito do curso a partir dos resultados do Enade (COORDENADOR 01).”

Ao abordar sobre pluralidade e participação na avaliação, Ristoff (2019, p. 29) recomenda que é necessário “[...] institucionalizar programas permanentes de sensibilização

da comunidade acadêmica e da capacitação de avaliadores”. Nessa perspectiva é oportuno destacar que a consolidação da cultura avaliativa, sobretudo no âmbito interno das IES, merece centralidade nas ações das coordenações de cursos, para que a avaliação, independentemente de ser em larga escala ou interna, não seja um objeto esvaziado de sentidos e valores. É necessário, como observado na fala do coordenador, a participação efetiva dos estudantes, para possibilitar um diagnóstico preciso da realidade.

Por diversas ocasiões, diretamente ou indiretamente, o respondente da entrevista traz pontos conectados à importância do uso dos resultados, tanto do Enade, quanto da Avaliação Institucional Interna - a autoavaliação institucional. Em um desses momentos, afirma ser necessário ampliar o debate sobre esse aspecto dentro da universidade, por não haver sentido, ter acesso a instrumentos tão amplos de avaliação, como os do Sinaes, e não levar à discussão os resultados. Conta ainda, que recentemente, em 2019, observou uma pequena melhoria nesse processo:

“[...] nós fomos chamados pela Pró-Reitoria de Graduação, e nós, eu digo a coordenação dos três cursos que realizaram Enade no ano passado, Administração Pública, Administração de Empresas e Jornalismo, e aí a PROGRAD fez uma apresentação dos resultados do Enade por cada curso, como é que esse curso está no contexto do sistema e no seu campo também, né. Na verdade, uma apresentação de um conjunto de indicadores, de Enade, do Conceito Preliminar de Curso e Conceito de Curso também (COORDENADOR 01).”

A discussão dos resultados deve ser um processo contínuo e permanente dentro das Instituições de Ensino Superior, esse procedimento está previsto nas principais legislações educacionais (BRASIL, 2004; INEP, 2007; 2011; 2017), corroborando para as tomadas de decisões. Segundo relatado pelo coordenador, existiu a necessidade de readequação do Projeto Pedagógico do Curso, em função do alinhamento dos conteúdos do Enade com as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Campo de Públicas, onde estão inseridos os cursos de Administração Pública, Gestão Pública, Gestão de Políticas Públicas, dentre outros.

Ao analisar e comparar tais documentos, verificamos um aspecto contraditório e negativo. O PPC de 2010 dedica uma seção para tratar da avaliação do curso, distribuída em três eixos: avaliação da aprendizagem, avaliação institucional e avaliação do PPC. O eixo avaliação institucional se debruça sobre os principais instrumentos de avaliação do Sinaes, com foco na autoavaliação, evidenciando a necessidade da Comissão Própria de Avaliação, da participação diversa e de algumas dimensões do Sinaes, como a responsabilidade social, sustentabilidade financeira, dentre outras. Diferentemente, o PPC de 2017, exclui o eixo de

avaliação institucional e não faz nenhuma citação sobre as avaliações do Sinaes, não sendo possível encontrar nenhum elemento sobre o Enade, a Avaliação de Cursos de Graduação ou a Avaliação Institucional.

A instrumentalização do Enade como uma ferramenta de gestão, deve estar presente nos espaços deliberativos e organizacionais dos cursos, como os Projetos Pedagógicos do Curso, discussões do Núcleo Docente Estruturante (NDE), Colegiado do Curso e Assembleias com estudantes. Acreditamos que a ausência da avaliação nos PPC demonstra uma falha do curso, porque esse documento, além de ser um dos aspectos considerados para compor a avaliação do curso, é também uma ferramenta de planejamento e acompanhamento de atividades pedagógicas e instrutora da formação técnica, política e cidadã.

5 CONCLUSÕES

Notamos ao buscar compreender a instrumentalização do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes como ferramenta para melhoria de um curso de graduação em Administração Pública, concluímos que o referido exame é considerado pelo coordenador do curso como norteador para as tomadas de decisões, no entanto, o seu conceito pouco qualitativo e a ausência de cultura organizacional avaliativa, dificultam esse processo.

O Brasil passou ao longo dessas três últimas décadas por algumas tentativas de avaliar o Ensino Superior, ora na perspectiva de avaliar as instituições internamente, ora na dimensão de realizar avaliações em larga escala. O Sinaes, buscando integralizar a autoavaliação institucional e as avaliações em larga escala, tem enfrentado desafios que o limitam cada vez mais, esbarrando na produção de índices, com fortes influências das agendas neoliberais e a mercadorização da educação.

Para alcançar melhores resultados em relação a utilização do Enade como instrumento de gestão do curso é a ampliação da análise documental, com acesso às atas das reuniões dos Núcleos Docentes Estruturantes e dos Colegiados dos Cursos de Graduação para comparar a realidade relatada pelos diversos atores de como a avaliação externa está inserido no âmbito da IES.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AFONSO, Almerindo Janela. Mudanças no Estado-avaliador: comparativismo internacional e teoria da modernização revisitada. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 18, n.53, p. 267-284, jun. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbedu/v18n53/02.pdf>. Acesso em: 10 set.2020.

BARREYRO, Gladys Beatriz; ROTHEN, José Carlos. Para uma história da avaliação da educação superior brasileira: análise dos documentos do PARU, CNRES, GERES e PAIUB. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas)**, v. 13, p. 131-152, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/aval/a/hWYTSMnMrWR5Q3TyzCpdQRj/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 02 ago. 2021.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional**. Lei nº 9.394 de dezembro de 1996. Brasília 2005. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/70320/65.pdf>. Acesso em: 09 jul. de 2019.

_____. **Lei nº 10.861, de 14 de Abril de 2004**. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/110.861.htm. Acesso em: 23 jun. 2020.

_____. **Lei nº 13.005**. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Brasília, DF, 25 jun. 2014. Disponível em: <<http://www.observatoriodopne.org.br/uploads/reference/file/439/documento-referencia.pdf>>. Acesso em: 10 ago. 2014.

_____. **Portaria Normativa n. 40**, de 12 de dezembro de 2007(*), Republicada por ter saído, no DOU n. 239, de 13-12-2007, Seção 1, p. 39-43, com incorreção no original. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília - DF, n. 249, seção 1, quarta-feira, 29 de dezembro de 2010, páginas 23-31. Disponível em: http://abmes.org.br/arquivos/legislacoes/Portaria_Normativa_40-2007_-_republicada.pdf. Acesso em 09 de jul. de 2019.

CANAN, Silvia Regina; ELOY, Vanessa Taís. Políticas de avaliação em larga escala: o ENADE interfere na gestão dos cursos?. **Práxis Educativa**, v. 11, n. 3, p. 621-640, 2016. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5858341>. Acesso em: 05 set. 2020.

DIAS SOBRINHO, José. Avaliação e transformações da educação superior brasileira (1995-2009): do provão ao SINAES. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas)**, v. 15, n. 1, p. 195-224, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/aval/a/SkVnKQhDyk6fkNngwvZq44c/?lang=pt>. Acesso: 25 set. 2020.

FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de. A política da avaliação de políticas públicas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 20, n. 59, p. 97-110, 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102->

690920050003000007&script=sci_arttext&tlng=pt. Acesso em: 01 set. 2020.

HAAS, Celia Maria. Concepção e características do sistema de avaliação da educação superior brasileira (SINAES) e seus desafios atuais. In: **Seminário Internacional de Representações Sociais, Subjetividades e Educação**, IV, 2015, Cátedra/UNESCO. Anais. Cátedra: 2015. Disponível em:

https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2017/23506_12069.pdf. Acesso em: 05 ago. 2021.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Sistema Nacional de Avaliação de Ensino Superior. **Orientações gerais para o roteiro da auto-avaliação das instituições**. Brasília: INEP, 2004. 41 p. Disponível em:

https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/avaliacoes_e_exames_da_educacao_superior/roteiro_de_auto_avaliacao_institucional_2004.pdf. Acesso em: 10 jan. 2018.

_____. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Sistema Nacional de Avaliação de Ensino Superior. **Manual Exame Nacional de Desempenho de Estudante - Enade 2016**. Brasília: INEP, 2016. 116 p. Disponível em:

https://download.inep.gov.br/educacao_superior/enade/manuais/manual_do_enade_01072016.pdf. Acesso em: 10 jan. 2020.

_____. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Sistema Nacional de Avaliação de Ensino Superior. **Instrumentos de Avaliação de Cursos de Graduação Presencial e à Distância**. Brasília: INEP, 2017. 116 p. Disponível em:

https://download.inep.gov.br/educacao_superior/enade/manuais/manual_do_enade_01072016.pdf. Acesso em: 10 jan. 2020.

LEITE, Denise; GENRO, Maria Elly Herz. Avaliação e internacionalização da educação superior: Quo vadis América Latina?. **Avaliação: revista da avaliação da educação superior (Campinas)**, v. 17, p. 763-785, 2012. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/aval/a/ccHKjgXTrG7cp75QVdRC7sz/?lang=pt>. Acesso em: 05 set. 2021.

POLIDORI, Marlis Morosini; ARAUJO, Claisy Marinho; BARREYRO, Gladys Beatriz. SINAES: perspectivas e desafios na avaliação da educação superior brasileira. **Ensaio: aval.pol.públ.Educ.** [online]. Rio de Janeiro, v.14, n.53, p. 425-436, out./dez. 2006.

Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-403620060004000002&script=sci_arttext. Acesso em: 05 jun. 2019.

RISTOFF, Dilvo. Os desafios da avaliação em contexto de expansão e inclusão. **Revista Espaço Pedagógico**, v. 26, n. 1, p. 9 - 32, 13 dez. 2019. Disponível em:

<http://seer.upf.br/index.php/rep/article/view/8406>. Acesso em: 27 mar. 2021.